

Apresentação

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente (BLOCH, 2001: 65).

A Revista *História Social* (UNICAMP) organizou, para esta edição, um dossiê intitulado “*Racismo: história e historiografia*”. Nosso objetivo foi contribuir com o desenvolvimento de uma história do racismo capaz de intervir nos recentes debates no Brasil, sejam eles acadêmicos ou políticos, e que abordam, diretamente, a questão racial no país.

Nosso intuito é compreender e levar a público as formas pelas quais o racismo esteve presente, não apenas nas relações sociais e de trabalho na história do Brasil, mas também nas maneiras como informou políticas do Estado. Igualmente, estamos interessados em saber como intelectuais e políticos, dos mais diversos matizes e contextos, buscaram apropriar-se do conceito de raça para implementar seus projetos de nação.

Sem dúvida, a amplitude do tema e sua importância não couberam em apenas um número de um periódico, e para fazê-lo, deixamos muito ainda para ser contado. “Escolher”, ensina Lucien Febvre, “não é coisa fácil, principalmente quando o problema é de tal amplitude que põe em jogo muitos dados” (*apud* Braudel in: MORAZÉ, 1965). Por certo, até pela natureza fragmentada e polifônica de um periódico, guiou nossas escolhas menos a tentativa de fazer uma história geral do racismo no Brasil, em que se acotovelariam fatos e datas, do que colocar em discussão alguns problemas que nos inquietavam. E que, após a edição ficar pronta, nos inquietam ainda mais.

Nesse sentido, os artigos a seguir tratam de levar aos leitores os seguintes temas: a importância dos estudos africanistas para as Ciências Humanas, racialização das relações sociais no final do século XIX, e projetos políticos para a construção da nação; as apropriações dos mais diversos grupos sociais da ideia de raça, as relações entre cidadania e raça, bem como as experiências de liberdade de ex-escravos no século XIX. Para apresentar o dossiê, convidamos a professora Silvia Hunold Lara, que chamou a atenção para a importância da abordagem da História Social para repensar paradigmas cristalizados nas Ciências Sociais sobre o tema.

Abrimos o dossiê com o artigo de Robert Slenes sobre a *Importância da África para as Ciências Humanas*. Slenes busca responder à pergunta: “Por que, numa conjuntura de escassez de recursos, contratar um historiador [ou antropólogo, economista, cientista político, filósofo, estudioso da literatura] que seja especialista em África, em vez de um perito em outra área geográfica?” Ao oferecer uma resposta, o professor Slenes mostra, com a costumeira erudição, como a incorporação dos estudos africanistas e de professores e pesquisadores negros na universidade brasileira não são apenas ações de políticas sociais, mas também uma premente questão epistemológica. Portanto, também de política científica.

Em *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*, Sidney Chalhoub retoma um problema clássico da historiografia sobre a escravidão, mas tão somente para abordá-lo sob um ponto de vista original. Afinal, se a historiografia há muito vem mostrando os espaços para indefinições na fronteira entre a escravidão e a liberdade, esta porosidade não obstante vem sendo abordada em sentido único, isto é, a possibilidade do cativo obter sua carta de alforria e galgar a escala social. Pelo contrário, ao discutir as experiências de liberdade de egressos da escravidão e seus descendentes, Chalhoub enfoca os mecanismos sociais que tornavam, no século XIX, a posse da liberdade precária, em especial a escravização ilegal, as manumissões

condicionais e a possibilidade revogação das alforrias. O problema então não passa a ser apenas as taxas de alforria, mas a própria liberdade, e seus limites, que o egresso poderia experimentar. Ao entender tal problema como uma questão central para se compreender a sociedade brasileira do oitocentos, Chalhoub passa a apresentar o conceito de *precariedade estrutural* da liberdade no Brasil escravocrata.

No próximo artigo, *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893*, Walter Fraga Filho mostra como as festas de celebração ao 13 de maio na Bahia estavam repletas de expectativas e tensões em torno da própria memória da abolição. Fraga mostra que, tão logo pôs fim ao cativeiro, o dia 13 de maio passou a ser disputado pelos partidos políticos, mas também não escapou a este historiador que, para parcela significativa da população, as festas em torno da abolição representavam as lutas do tempo do cativeiro e as expectativas da liberdade que viria a seguir.

Ainda em torno do período pós-abolição, o artigo *A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário*, de autoria de Wlamyra Albuquerque, busca compreender as formas pelas quais a sociedade republicana redefine os lugares sociais e reorganiza as hierarquias sociais, desta vez pondo em ação critérios raciais. Nesse contexto, a historiadora busca analisar alguns artigos de Rui Barbosa que se utilizava dos termos “Raça Emancipadora” e “Raça Emancipada”, esse último, como lembra a autora, reunindo uma grande parte da população de cor que, em 13 de maio de 1888, já se encontrava liberta ou livre. Assim, Wlamyra Albuquerque busca definir o conceito de *racialização* e as formas pelas quais o processo ocorreu no Brasil.

Sem dúvida, como ensina a própria professora Wlamyra, o processo de racialização não foi apenas um processo impositivo, “de cima para baixo”. Polissêmico, o conceito de raça se prestou a diversos senhores. Não é de se estranhar, portanto, que dele também tenham se apropriado os próprios negros que, através da ideia de raça, construía identidades, cultivavam vínculos e inventavam

origens. Nesse sentido, o artigo de Petrônio Domingues, *Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição*, mostra o surgimento e desenvolvimento de movimentos associativos dos negros em Rio Claro (SP) na década de 1930. De fato, Petrônio Domingues põe em evidência como, em meio a um ambiente social opressivo, com a implementação de políticas públicas influenciadas pelo racismo científico e pelo darwinismo social, os negros de Rio Claro buscaram se organizar em associações, dando particular enfoque às atuações político-culturais promovidas pela delegação local da Frente Negra Brasileira. Ainda assim, como Domingues habilmente analisa, a adesão da população negra a essas associações não demonstravam uma homogeneidade ou a conformação em um bloco cristalizado. Pois, como afirma o autor, “não existia (e nunca existiu) uma única maneira de ser negro; logo, é escusado salientar que não havia uma única maneira de se contrapor ao ‘preconceito de cor’”.

Encerrando o dossiê, o artigo de Jerry Dávila, *Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano*, analisa um documento raro: trata-se do relatório que Gilberto Freyre, em 1954, apresentou à ONU e que analisava o apartheid sul-africano. No artigo, Dávila analisa as categorias através das quais Freyre compreendia a questão racial, não apenas na África do Sul, mas em todo mundo atlântico. Ao assim proceder, Dávila percebe a centralidade da distinção, no pensamento de Freyre, entre a colonização ibérica e anglo-saxã, em que a primeira seria o espaço privilegiado da incorporação de não europeus à civilização europeia, e, o último, a região ultramarina onde existiam nexos inseparáveis entre raça e civilização, nexos estes que acabavam por interditar a assimilação do não europeu ao projeto civilizado. A partir dessa chave, Freyre passou também a criticar a lei Afonso Arinos, de 1951, entendendo-a como exótica ao Brasil. Dávila mostra que, se tais análises eram ainda possíveis, elas por certo perdiam espaço em um momento de descolonização da África e de derrubada

da segregação racial nos EUA. Não à toa, o pensamento de Freyre encontrou refúgio na diplomacia salazarista, que, ao defender-se de críticas da ONU sobre suas possessões ultramarinas, brandia o relatório do sociólogo brasileiro, entendido, nesse contexto, como “especialista em questão racial”.

Na seção livre, damos sequência, de início, com a mesma temática. Em *Dissensos em torno da modernização planejada para o Brasil: intelectuais, política e questão racial no corpus da revista Anhembi (1950-1962)*, Gustavo Mesquita analisa os embates, na década de 1950, entre a nova sociologia científica, centralizada na USP, e a tradição sociológica representada por Gilberto Freyre, pondo em evidência as diferentes concepções de modernização e de entendimento da questão racial no país, então presentes naquele contexto. Para tanto, Mesquita utiliza uma documentação pouco trabalhada: além da revista *Anhembi*, importante periódico da década de 1950, fundada e dirigida por Paulo Duarte, e que publicava resultados de pesquisas recentes no campo das ciências humanas, faz parte de seu arcabouço artigos de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, entre outros.

No segundo artigo da seção livre, intitulado *Revista Argentina: peronismo, cultura e a tradição liberal-democrática argentina (1949-1950)*, Paulo Renato da Silva, também utilizando um periódico como documentação histórica, vale-se da revista *Argentina* para analisar a política cultural, e as suas vicissitudes, do governo do presidente Juan Domingo Péron. Com circulação nacional e dirigida a um público amplo, a análise da revista *Argentina* proporciona a possibilidade de se observar as complexidades da sociedade platina do período e as dificuldades da política cultural de Perón em lidar com este panorama.

Por fim, o artigo *A Reforma Agrária e a desconcentração de terra, de renda e de população*, de Arlete Mario Feijó Salcides e Eloy Alves Filho, traz a análise de dados recém-coletados a respeito do Programa de Reforma Agrária implementado em Minas Gerais. Obtidos a partir

de entrevistas e questionários, tais dados atestam o alto grau de aceitabilidade do programa entre os assentados, e deslindam o horizonte a que o programa ainda precisa se voltar para melhorar e, assim, reduzir o número de famílias evadidas.

A revista conta ainda com a resenha de Victor Santos Vigneron, que chama a atenção do público brasileiro para obra de Sabine Maccormack, *On the Wings of time. Rome, the Incas, Spain, and Peru*, tratando de um tema original, qual seja, as formas que a tradição clássica fora evocada no contexto colonial peruano.

Boa Leitura,
Os Editores

Bibliografia:

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Prefácio. In: MOZARÉ, Charles. *Os burgueses à conquista do Mundo*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1965.